

TEOLOGIA EM DIÁLOGO: UMA ANÁLISE DO VATICANO II E SUA RECEPÇÃO NA TEOLOGIA LATINO-AMERICANA

THEOLOGY IN DIALOGUE: AN ANALYSIS OF VATICAN II AND ITS RECEPTION IN LATIN AMERICAN THEOLOGY

*Reginaldo Marcolino**

Resumo: É sempre atual e necessária a recepção do Vaticano II. Tal evento promoveu na Igreja o diálogo com o mundo moderno. O diálogo com as diversas realidades existentes no mundo, faz a Igreja sair de sua autorreferencialidade, assim, a evangelização atinge o coração da pessoas, sendo a Igreja da “escuta”. As conferências latino-americanas foram o perfeito caminho de atualização do evento conciliar. Dentro do contexto das conferências, temos o surgimento de uma “teologia encarnada”, a Teologia da Libertação. A Teologia da Libertação pretendeu ser uma expressão de identidade do Vaticano II. Dentre as várias expressões que surgiram e poderão surgir, algo se faz necessário: nunca poderemos fechar o diálogo.

Palavras-chave: Vaticano II. Diálogo. Conferências LA. Teologia da Libertação.

Abstract: The reception of Vatican II is always relevant and necessary. This event fostered dialogue with the modern world within the Church. Dialogue with the diverse realities that exist in the world makes the Church leave its self-referentiality, thus, evangelization reaches people's hearts, being the Church of “listening”. The Latin American conferences were the perfect way to update the conciliar event. Within the context of the conferences, we see the emergence of an "incarnate theology," Liberation Theology. Liberation Theology was intended to be an expression of the identity of Vatican II. Among the various expressions that have emerged and may emerge, one thing is essential: we can never close the dialogue.

Keywords: Vatican II. Dialogue. LA Conferences. Liberation Theology.

Introdução

O objetivo deste artigo é identificar o diálogo como uma grande temática do Concílio Ecumênico Vaticano II. O assunto perpassa, necessariamente, os temas e os desenvolvimentos teológicos da Igreja na América Latina com suas conferências na busca de atualização do evento conciliar, bem como se pretende analisar a Teologia da Libertação como identidade de renovação do Vaticano II.

A Igreja pós-conciliar deve ser a Igreja que sai da condenação e assume o diálogo. Muitos foram aqueles que propuseram e vivenciaram o diálogo durante e depois do Vaticano II: foram verdadeiros protagonistas do diálogo. A pretensão de se estabelecer um diálogo não somente interno, mas externo sobre a Igreja, é demonstrar que a Igreja se abre ao mundo moderno, isto é, atualizar sua eclesiologia.

* Doutor em Teologia pela PUC-SP (2024). Mestre em Teologia pela PUC-SP (2011). Diretor Geral da Faculdade João Paulo II – Marília- FAJOPA. E-mail: diretor.geral@fajopa.edu.br

O *aggiornamento* é uma chave de leitura essencial do evento conciliar, mas não se atualiza, ou se renova, sem o princípio do diálogo. O diálogo é a atitude de escuta, que não ignora as diferenças, aprendendo com o outro e, por isso, é sempre uma dinâmica difícil. Dessa forma, o Papa Francisco insiste que a evangelização precisa atingir o coração; há uma valorização do “saber ouvir”, sabendo que o “lugar da escuta” é o coração (EG 142).

Dentro de um “arco de transição” que foi o Concílio Vaticano II, temos as conferências episcopais na América Latina. De fato, a teologia traz a sua contribuição de contextualização para o tempo presente. Neste sentido, as conferências de Medellín, Puebla, Santo Domingo e Aparecida foram a busca de atualização do Vaticano II. A Igreja é a grande “assembleia dos chamados” que anuncia os sinais do Reino. Assim, entendemos que o Vaticano II na América Latina foi a tentativa de atualização do evento conciliar (com profundos desafios): os pobres, a injustiça social, o desenvolvimento humano, a evangelização como mensagem de libertação, a promoção humana, a opção profética, preferencial pelos pobres, o engajamento social, compromisso de transformação da sociedade, discípulos e missionários de Jesus Cristo para que nossos povos tenham vida.

Todos os temas das conferências episcopais desenvolvidos na América Latina ganham sentido para a identidade de renovação do Vaticano II quando surge uma eclesiologia “encarnada” como foi a Teologia da Libertação. A sua identidade essencial está na imersão da ação eclesial na realidade vivida e seu discurso e reflexão partem também da própria realidade atual. Assim, de modo geral e panorâmico, os empobrecidos serão o referencial teórico da reflexão e do agir eclesial: “Deus viu a aflição do seu povo...desceu para libertar seu povo” (Ex 3,7-8).

Portanto, a proposta refletiva é de que nunca podemos negar o diálogo. Ao negá-lo caímos em um “período de cristandade eclesiológico”. É preciso rever posturas: que visam projetos lucrativos, carreiristas e de cunho centralizador, tão criticados por Francisco (cf. EG 95). Por isso, quais seriam os avanços e limites da eclesiologia pós-conciliar? Quais as contribuições das conferências episcopais na América Latina? Como a Teologia da Libertação pode ser uma identidade de renovação do processo conciliar? São questões profundas e buscaremos tratar de uma análise dentro da perspectiva do diálogo, porém, os temas são vastos, complexos e profundos; trata-se apenas de uma abordagem de reflexão dentre várias outras pertinentes e necessárias. Tentaremos dar indicativos de possíveis respostas a essas perguntas.

1. A Igreja do Vaticano II e do pós-concílio: limites e avanços

O Concílio Vaticano II foi um marco na vida da Igreja do século XX. Em um mundo em constantes transformações, a Igreja abriu-se à proposta do diálogo. O diálogo supõe abertura, capacidade de escuta e provoca um dinamismo de renovação. Assim, o Vaticano II abriu as portas ao diálogo com o mundo moderno, dentro do grande objetivo de *aggiornamento*. O *aggiornamento* é o renovar-se, o atualizar-se, em vista de uma Igreja que pudesse ser mais missionária dentro dos desafios dos tempos atuais.

A Igreja do Vaticano II traz as marcas de abertura e de dinamismo próprios do evento conciliar e de toda a proposta iniciada por João XXIII e continuada por Paulo VI. Uma característica a ser analisada é a eclesiologia do Vaticano II, tendo como base todo o desenrolar do que o Concílio se propôs; outra, é identificar a Igreja do pós-concílio, seus limites e avanços.

O Vaticano II significou a retomada do diálogo entre a Igreja e o mundo contemporâneo. Identificamos que, como é comum em todo pós-concílio, e isso pode ser constatado historicamente, há momentos de atualizações e de avanços significativos, e também surgem os extremismos, os rigorismos e os fechamentos.

O mundo em que vivemos é muitíssimo plural. Não se tem hoje referenciais sólidos e consistentes como em anos passados, e, os do presente são frágeis. O consumismo se coloca como valor que ultrapassa os limites da vida humana. Tudo se volta à lógica do mercado, do consumo e daquilo que é utilitário e, assim, acontece a degradação do ser humano.

É com essa realidade atual, ou seja, com esse mundo e com essas pessoas que a Igreja deverá dialogar. Hoje, a Igreja do pós-concílio deverá rever sua linguagem e suas práticas, ou ainda, deverá se perguntar até que ponto está sendo mediação ou obstáculo no anúncio de Jesus Cristo. A grande tarefa de uma Igreja pós-conciliar é a de proclamar e realizar o projeto do Reino de Deus para a vida das pessoas. E anunciar Jesus Cristo nesses moldes e com esse objeto, provocará a Igreja a uma correção e reforma dela própria¹.

¹ O teólogo Mário de França Miranda, em sua obra *A Igreja em transformação – razões atuais e perspectivas futuras* (Paulinas, 2019, p. 20-21), desenvolverá essa reflexão dizendo: “Considerar a Igreja como continuadora da missão de Jesus Cristo ao longo da história, como aquela que deve proclamar e realizar o projeto de Deus para a sociedade humana – projeto este condensado na expressão Reino de Deus –, traz certamente consequências sérias para a realidade institucional, cultural, pastoral e, sobretudo,

Segundo o historiador John W. O'Malley, “concílio foi muito mais do que quantia de ajustes superficiais na Igreja Católica ao chamado mundo moderno, muito mais do que mudanças nas formas litúrgicas, e certamente muito mais do que jogos de poder entre os altos eclesiásticos. Tinha uma mensagem que era tradicional e ao mesmo tempo radical, profética e ao mesmo tempo gentil” (O'MALLEY, 2021, p.129).

A mensagem, dentro da grande novidade conciliar, foi o diálogo. Diálogo como proximidade com aquilo que se entende por “conversa”, dentro da dinâmica de entender o outro, sabendo falar e ouvir, mantendo posições e convicções, aprendendo com o outro, ajudando a repensar tais posições e convicções expostas. O próprio Antigo Testamento apresenta essas conversas entre Deus e algumas pessoas e até com o povo em geral. Também Jesus dialogou com as pessoas, ou seja, estabeleceu uma relação dialógica que favoreceu a proximidade e contato diretos.

A Igreja do pós-concílio é a Igreja do diálogo. Quando se fala em diálogo moderno, duas características sobressaem, de maneira especial, no século XX: o multiculturalismo e o pluralismo religioso. Isso exigiu da Igreja uma abertura em termos de evangelização. Até que ponto “fora da Igreja não há salvação?” ou, se poderia ainda dizer “a Igreja tem salvação?”, como sugere o título da obra de Hans Küng (2012).

Na primeira Encíclica de Paulo VI, *Ecclesiam Suam*, de 6 de agosto de 1964, ainda dentro do período conciliar, o diálogo aparece como uma das chaves de leitura do Vaticano II. Mas, será com a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* que a Igreja dará um impulso renovador dentro da perspectiva do diálogo com o mundo moderno, ou seja, será uma nova linguagem que surge com o evento conciliar que dirá como a Igreja deve agir no pós-concílio.

Um grande avanço da Igreja pós-concílio foi a representação de sua saída do monólogo para o diálogo, pois enquanto a Igreja “ensina ao mundo”, também aprende com o mundo. Como sublinha O'Malley, “a Igreja *no* mundo moderno, não a Igreja *para* o mundo moderno, não certamente a Igreja *contra* o mundo moderno” (O'MALLEY, 2021, p. 142). É um diálogo que não se limitou aos de fora da Igreja, *extramuros*, mas, em primeiro lugar, *intramuros*, ou seja, considerou o diálogo como condição aos de dentro da própria Igreja.

Portanto, o diálogo será o caminho adotado para se lidar com o problema da mudança trazida pelo mundo moderno. Assim, o Vaticano II tratou das grandes

missionária desta mesma Igreja. Pois a pessoa de Jesus Cristo anunciada pela Igreja constitui sempre um fator de correção e reforma para ela própria”.

mudanças no mundo como sinal de desenvolvimento, de progresso e de evolução, procurando a reconciliação entre o multiculturalismo que se apresentava cada vez mais latente, entre o pluralismo religioso e ainda diante das novas mudanças sociais e econômicas face a um urbanismo sempre crescente. Isso é constatado quando se lê, analisa e reflete sobre os 16 documentos promulgados pelo Concílio Vaticano II, tais como: a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, a Declaração *Nostrae Aetate*, o Decreto *Unitatis Redintegratio*, entre outros.

2. O Vaticano II na América Latina: uma atualização do evento conciliar

Todos os princípios de renovação trazidos pelo Vaticano II foram um despertar para a Igreja, para que ela pudesse recuperar seu caráter transformador e libertador na vida concreta das pessoas. Isso fez com que a Igreja olhasse seu passado e, refletindo sobre seus passos, criasse uma nova relação, um “novo jeito de ser” em seu presente.

As conferências episcopais Latino-Americanas e do Caribe são uma atualização de elementos do evento conciliar, na tentativa de implantar compromissos assumidos e adaptar o Concílio Vaticano II à realidade específica do continente latino-americano. Assim, procura-se entender e captar a recepção² do Vaticano II através das conferências no continente Latino-Americano.

Historicamente, destaca-se, antes da conferência em Medellín, o chamado pacto das catacumbas formado por um grupo de “oitenta bispos, sendo vinte latino-americanos (dezesesseis do Brasil); este grupo da Igreja dos pobres atuava à margem do Concílio. Um dos seus intuitos era criar um “Secretariado da Pobreza”, a fim de que este tema fosse amplamente discutido nas sessões conciliares” (SOUZA, 2022, p. 401).

A recepção do Vaticano II passou por diversos níveis eclesiais. O episcopado latino-americano, de modo geral, até pensava em um novo Concílio, pois o Vaticano II havia deixado de lado alguns temas relevantes. Mas, o surpreendente é que em 1968 a América Latina vivenciava a Conferência de Medellín, com a intenção de um *aggiornamento* a partir do grande *aggiornamento* que foi o Concílio Vaticano II.

² O *Dicionário do Concílio Vaticano II* na p. 803 sobre a “teologia da recepção” diz que: “Em todo o acontecimento eclesial, mormente naqueles, como os Concílios, destinados a marcar profundamente a vida da Igreja, três elementos devem ser tomados em consideração: o evento em si, os documentos nele aprovados e finalmente a sua recepção. A recepção é o elemento de verificação mais importante, pois revela quais dimensões foram capazes de passar para o cotidiano da igreja, que outras deixaram de ser assimiladas e até mesmo as que foram seletivamente abandonadas. [...] O Vaticano II gerou decisivo protagonismo das igrejas particulares e de suas conferências episcopais, encarregadas de organizar a recepção da liturgia, por exemplo, e de outros aspectos da vida cristã, segundo o espírito e gênio dos diferentes povos e culturas.

A Conferência de Medellín foi a tomada de consciência da situação de pobreza e de injustiça social tão gritante no continente latino-americano. Seja a Constituição Pastoral do Vaticano II, *Gaudium et Spes* (1965), seja ainda a Encíclica *Populorum Progressio* de Paulo VI (1967), davam orientações teológicas e doutrinárias sobre o desenvolvimento humano e compromissos inerentes à prática da caridade propondo reformas para solucionar os problemas estruturais de pobreza e de marginalidade.

A América Latina abria as portas de um novo advento da Doutrina Social da Igreja para todo o mundo. O grande objetivo era afirmar os valores do Evangelho dentro dos princípios de justiça e do bem comum e que a Igreja pudesse enfrentar, com coragem apostólica, as dificuldades sociais.

“Em 1979 realiza-se *Puebla* (México). Coloca-se numa linha de continuidade com Medellín. Acentuam-se a comunhão e a participação de todos para se chegar à libertação integral em Jesus Cristo” (LORSCHIEDER, 1992, p. 28). As conclusões da Conferência de Puebla trazem a preocupação com a realidade humana e social da América Latina. É apresentada a solidariedade com o povo sofrido, com os pobres, vistos como a verdadeira “causa de Jesus Cristo”.

“A grande preocupação da Igreja em Puebla é iluminar o homem latino-americano e contribuir de forma eficaz com sua libertação integral, com a luz e a força que nos vêm da mensagem de Jesus Cristo, de “sua presença viva e libertadora em meio de nosso povo crente e sofrido”. A isto se refere o tema geral que dá o título às conclusões de Puebla: “A evangelização no presente e no futuro da AL”” (CIPOLINI, 1987, p. 87-88).

Assim, de Medellín a Puebla temos uma nova marca e um novo dinamismo eclesial, pois acontece, a partir dessas conferências, um novo modo da comunidade eclesial se organizar, um novo jeito de agir na atualidade, de acordo com as exigências atuais do mundo. Nesse sentido, o que propusera o Vaticano II como abertura ao diálogo com o mundo moderno, será evidenciado, de maneira primordial, na América Latina com a presença de uma Igreja que sabe ouvir, que é discípula e que se abre às necessidades dos irmãos e irmãs. É um novo modelo de Igreja, que assume a causa do Evangelho do Reino de Jesus Cristo.

A Conferência de Santo Domingo (República Dominicana, 1992) representa, dentro desse contexto de Medellín e Puebla, um novo passo. A grande preocupação, entre outras, é a evangelização dentro da perspectiva da promoção humana. Junto às diferentes culturas existentes na América Latina, surge uma “cultura nova”: os Meios de

Comunicação Social. A forte influência do espírito urbano e industrial favorecerá a caracterização da modernidade, com acentuação a um espírito técnico-científico, que determinará o agir das pessoas. Assim, a secularização começará a dar seus passos, favorecendo o desenrolar de uma “cultura de morte” no mundo contemporâneo.

O objetivo da IV Conferência em Santo Domingo é o de promover uma opção profética, preferencial e solidária com os pobres: resgate da religiosidade popular com engajamento social, compromisso de transformação da sociedade e de uma fé inculturada que celebre os 500 anos de evangelização (“descoberta ou descobrimento”) na América Latina.

Apesar das luzes e das sombras no acontecimento da celebração dos 500 anos de evangelização na América Latina, na perspectiva de continuidade das conferências de Medellín e Puebla, Santo Domingo é a indicação de caminhos para uma Nova Evangelização, como propusera João Paulo II. A Igreja adquire uma fisionomia própria com a inserção efetiva dos valores do Evangelho na realidade humana atual.

A V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe (2007), teve o objetivo de impulsionar, com o acontecimento celebrado junto a Nossa Senhora Aparecida no espírito de um novo Pentecostes e com o documento final que resume as conclusões de seu diálogo, uma renovação da ação da Igreja. Todos os membros da Igreja, à luz dessa conferência, são chamados a ser “discípulos e missionários de Jesus Cristo, Caminho, Verdade e Vida, para que nossos povos tenham vida Nele”. No caminho aberto pelo Concílio Vaticano II e em continuidade criativa com as Conferências anteriores do Rio de Janeiro, 1955; Medellín, 1968; Puebla, 1979 e Santo Domingo, 1992, foi refletido sobre o tema: “Discípulos e Missionários de Jesus Cristo para que nossos povos Nele tenham vida. Eu sou o Caminho a Verdade e a Vida (Jo 14,6)”, e procuraram traçar em comunhão linhas comuns para prosseguir uma proposta de nova evangelização.

Em diálogo com todos os cristãos e a serviço de todos os homens, a V Conferência em Aparecida teve ‘a grande tarefa de custodiar e alimentar a fé do Povo de Deus, e recordar também aos fiéis deste continente que em virtude do seu batismo estão chamados a ser discípulos e missionários de Jesus Cristo’ (BENTO XVI, discurso inaugural da V Conferência em Aparecida, 3). A grande proposta foi a de renovar as comunidades eclesiais e as estruturas pastorais para encontrar as mediações da transmissão da fé em Cristo como fonte de uma vida plena e digna para todos, para que

a fé, a esperança e o amor renovem a existência das pessoas e transformem as culturas dos povos.

Dessa forma, a V Conferência de Aparecida quer despertar, em primeiro lugar, um Espírito Missionário, isto através de comunidades eclesiais e de batizados que sejam “discípulos-missionários” (DAp 548). Outro aspecto é o caminho formativo do discípulo-missionário: insiste na importância do seguimento, cujo ponto de partida é o encontro com Cristo, que se prolonga na conversão, no discipulado, na vida de comunhão e na missão.

Portanto, o impulso renovador do Vaticano II deu à América Latina um rosto novo; assim, os referenciais debatidos, refletidos e propostos através das conferências no continente latino-americano permanecem vivos para os dias de hoje. Todo o processo de renovação conciliar trouxe, inevitavelmente, limites e avanços, situações e oposições, fato é que o Papa Francisco tem insistido por atualizar ao mundo, seja a proposta do Vaticano II, seja a das conferências da América Latina, como uma chave hermenêutica entre o passado e o presente através de todas as reformas que estão acontecendo em seu pontificado. Francisco é a esperança da atualidade da Igreja: “um papa da América Latina para o mundo inteiro” e, assim, suas reformas possuem o mesmo viés e objetivo: “da América Latina para o mundo inteiro”³.

3. A Teologia da Libertação: uma identidade de renovação do Vaticano II

A teologia da libertação deu ênfase aos aspectos históricos de uma eclesiologia que se poderia chamar “encarnada”. Evidenciou-se o significado histórico do Reino de Deus, os pobres como privilegiados desse Reino, a prática da justiça social como proximidade e conhecimento de Deus, entre outros. Trataremos do tema em seus aspectos positivos e que trouxeram grandes contribuições como a identidade de

³ O teólogo João Décio Passos, em seu artigo na revista *Horizonte*, BH, v.12, out/dez 2014, p. 1406, comentará sobre as reformas do Papa Francisco: “Pode-se dizer que não se trata de uma mudança meramente reativa às cobranças externas, mas, no momento, de uma mudança proativa que antecipa do ponto de vista interno da Igreja muito daquilo que se esperava do novo Papa após o conclave. Francisco tem, de fato, se mostrado disposto a conduzir mudanças que rompem com concepções e práticas seculares da Igreja, sobretudo no que diz respeito à moral e à disciplina. Não somente tem encarado de frente os desafios que exigem mudanças nos modos de pensar, de atuar e de operar do conjunto da Igreja, como oferecido fundamentos teológicos para essa mudança. Esses fundamentos se chocarão, com certeza, com uma teologia da tradição hoje hegemônica no pensamento da maioria do episcopado e em parte significativa do clero. Por ora, Francisco segue afirmando que, em nome do Evangelho a Igreja necessita de uma renovação inadiável”.

renovação do Vaticano II⁴. Não trataremos dos desafios da teologia da libertação para outras formas de teologia.

A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* do Vaticano II falou sobre a relação existente entre Igreja e mundo. Dessa forma, a teologia da libertação atualiza concretamente todo o diálogo a que se propõe o evento conciliar ao tratar dessa relação tão necessária entre Igreja e mundo.

De modo específico no contexto da América Latina, esse mundo tem rosto e fisionomia, pois não se trata de um mundo ilusório, simplesmente da família humana, mas de um mundo concreto, no caso, o “mundo dos pobres”. Daí, pensar uma eclesiologia que refletirá sobre o contexto de libertação, precisará, necessariamente, pensar três modalidades de consciência eclesial: em primeiro lugar, a Igreja que se realiza de dentro de si mesma; depois, uma forma de consciência que se torna novidade, pois se caracteriza em torno do Vaticano II, e, por fim, a terceira é a consciência a partir dos pobres do mundo.

Partindo da primeira modalidade, a Igreja que se realiza *dentro de si mesma* é a Igreja presa em seu autorreferencial, aponta o Papa Francisco na *Evangelii Gaudium* (cf. EG, 11; 27 e 28), ou seja, Igreja voltada à concepção de cristandade, que inclui uma concepção da salvação sobrenatural, que ela é depositária, porém, torna-se a partir disso, exclusivamente, uma consciência eclesiocêntrica, onde Cristo é seu fundador e toda a obra missionária volta-se à cultura ocidental e à concepção apenas de sociedade europeia.

A Igreja que procura atualizar o Vaticano II está ligada à consciência do desenvolvimento da sociedade contemporânea, valorizando os progressos e a autonomia do mundo. Ela toma *consciência de si a partir de fora*, realizando sua missão como sinal e sacramento de salvação em diálogo com o mundo.

Por fim, a terceira via de entendimento é a eclesiologia da libertação, que sendo pós-conciliar, concretamente situada na América Latina, tomou *consciência de si a partir de baixo*, ou seja, dos pobres do mundo, dos excluídos, marginalizados, das classes exploradas, visando a libertação e a justiça social desses povos menos

⁴ O *Dicionário do Concílio Vaticano II*, p. 929, introduzirá o tema “teologia da libertação” definindo seu objetivo: “A Teologia da Libertação (TdL) nasceu ouvindo o grito do oprimido. Elaborou-se a partir de uma prática com os oprimidos, para que, organizados e junto com eles, descobrissem caminhos de libertação para não mais precisar gritar. Os primeiros a escutar esse grito foram setores importantes das várias Igrejas latino-americanas que entenderam que a questão do pobre pertence à essência da mensagem de Jesus e da evangelização. Elas fizeram uma opção pelos pobres contra a pobreza e a favor de sua vida e da justiça social. Organizaram práticas cujos sujeitos eram os próprios pobres”.

favorecidos. Assim, os pobres e os excluídos tornam-se os privilegiados do Reino de Deus.

A teologia da libertação sem pretensão de ser uma nova teologia, mas com o desejo de ser uma nova forma histórica de ser Igreja, dando um novo rosto eclesial, privilegiando situações históricas de transformação, dentro de uma dimensão profundamente profética e questionadora, apresenta uma nova postura institucional: o cuidado e amor para com os pobres do mundo. Alguns teólogos dedicaram-se em dar esse rosto da escuta do grito dos oprimidos, entre eles: Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff e Jon Sobrinho, bem como outros em nossos dias.

É uma Igreja real, palpável, com fisionomia própria, gerando uma ruptura necessária ao modelo eclesial centrado em si mesmo. A Igreja *ressurge* como verdadeiramente a Igreja de Jesus Cristo, pois procurar-se-á, neste novo modelo eclesial, atualizar a missão de Jesus Cristo entre as pessoas, de modo preferencial entre os pobres.

Na verdade, a Igreja pós-conciliar com a teologia da libertação traz de volta o “lugar teológico” da eclesiologia. Esse lugar teológico é colocar a questão de Jesus Cristo e de todas imagens que se tem Dele, em seu devido lugar, pois a imagem de Jesus Cristo é a imagem dos pobres deste mundo. E isso nos obriga a recolocar a imagem da própria Igreja.

Não se trata simplesmente de oferecer uma ajuda aos pobres como se a Igreja estivesse fora dessa realidade, tampouco, se pergunta o que fazer com os pobres como se a realidade do “mundo dos pobres” fosse independente da realidade eclesial; ao contrário, o Espírito de Deus está nos pobres e essa realidade é capaz de recriar a totalidade da Igreja. Então, a Igreja constrói uma realidade a partir deles encontrando sua estruturação, organização e, sobretudo, missão.

O Papa Francisco tem recolocado a Igreja em seu lugar fontal. A Igreja na ótica de Francisco é a “mãe de portas abertas” (EG 46).

Considerações finais

O Concílio Vaticano II situa-se em um grande consenso, a partir da docilidade do Espírito Santo, na aceitação de algumas mudanças ou reformas necessárias, dentro de um processo de escuta e de diálogo. Claro que, ao tratar de reformas, acontece um conflito de interpretações; assim, o *aggiornamento* foi o proporcionamento de

mudanças com a reconciliação de elementos de mudança em uma grande reforma conciliar.

A mudança ou reforma conciliar foi um retorno às fontes, às raízes sem perder sua identidade, entendendo que a Igreja é dinâmica. Falar que a Igreja é dinâmica é colocá-la diante do diálogo como dialética na busca de um consenso entre os sujeitos de toda a Igreja: esse foi o resultado do evento conciliar.

O que se espera dos resultados do Vaticano II, das conferências episcopais na América Latina e da interpretação do contexto de identidade da Teologia da Libertação é assumido pelo Papa Francisco: gestos que verdadeiramente atinjam o coração e a vida das pessoas, de maneira especial os vulneráveis e os empobrecidos.

Francisco não quebra a doutrina, mas a alarga conciliando o diálogo e favorecendo a escuta. Um papa latino-americano que valoriza a pastoralidade do Vaticano II resgatando os elementos essenciais do evento conciliar. Utiliza-se do método indutivo e não do dedutivo que traz uma “verdade simplesmente pronta”, como algo inquestionável por parte da hierarquia.

Portanto, é do “fim do mundo” que veio um papa, um novo pontificado sendo um impulso renovador na Igreja, propondo mudanças e reformas, não porque tenha “algo de novo”, mas a “novidade” está no resgate de valores e princípios do Vaticano II como forma de diálogo no mundo em que vivemos, ou seja, atualiza o evento conciliar com um “estilo latino-americano” de se pensar e de se fazer teologia com seus desdobramentos para a vida eclesial. De fato, a história pelo tempo possui a sua continuidade e o lugar que ocupamos hoje é passageiro, assim diz Francisco: “o tempo é superior ao espaço” (EG 222-225). Isso tudo se enquadra dentro de uma construção teológica para nossos dias: a atualização do Vaticano II com um novo conteúdo e com uma nova linguagem. É uma questão de opção: iremos assumir ou não o “Concílio do Diálogo”?

Referências

BENTO XVI. *Discurso de abertura da V Conferência em Aparecida*. http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2007/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20070513_conference-aparecida.html. Acesso em 20 de maio de 2022.

CIPOLINI, Pedro Carlos. *A identidade da Igreja na América Latina*. São Paulo: Loyola, 1987.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes sobre a Igreja no mundo de hoje*. In: Vier, Frederico (Org.). *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos e declarações*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL LATINO-AMERICANO - CELAM. *Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe: Conclusões da Conferência de Aparecida*. 9. ed. São Paulo: Paulus, 2008.

FRANCISCO, Papa. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013. (Documentos Pontifícios; v. 198).

LORSCHIEDER, Dom Aloísio. *500 anos de evangelização da América Latina: desafios e perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 1992.

MIRANDA, M. F. *A Igreja em transformação: razões atuais e perspectivas futuras*. São Paulo: Paulinas, 2019.

O'MALLEY, John W. *História Católica para a Igreja de hoje: como nosso passado ilumina o nosso futuro*. Petrópolis: Vozes, 2021.

PASSOS, Décio João; SANCHEZ, Wagner Lopes. *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus/Paulinas, 2015.

SOUZA, Ney de. *História da Igreja na América Latina: iniciação à teologia*. Petrópolis: Vozes, 2022.

____ (org.). *Temas de Teologia latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 2007.

____ (org.). *Teologia em diálogo: os desafios da reflexão teológica na atualidade*. Aparecida/SP: Santuário, 2010.

Recebido em: 18/08/2025
Aprovado em: 25/10/2025